GABRIELLA FREGNI

**O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO PRECEITO
NORTEADOR NA INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS**

Tese de Doutorado

Orientador – Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

GABRIELLA FREGNI

**O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO PRECEITO
NORTEADOR NA INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fregni, Gabriella

O direito ao desenvolvimento como preceito
norteador na interpretação dos negócios jurídicos ;
Gabriella Fregni ; orientador Sebastião Botto de
Barros Tojal -- São Paulo, 2019.

178

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2019.

1. Direito ao desenvolvimento. 2. Globalização. 3.
Direitos Fundamentais. 4. Relações contratuais. 5.
Função Social do Contrato. I. Tojal, Sebastião Botto
de Barros, orient. II. Título.

GABRIELLA FREGNI

**O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO PRECEITO
NORTEADOR NA INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal.

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal (Orientador).
Instituição: Universidade de São Paulo (USP) - Faculdade de Direito
Assinatura _____

Professor(a) Doutor(a) _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Professor(a) Doutor(a) _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Professor(a) Doutor(a) _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Professor(a) Doutor(a) _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Professor(a) Doutor(a) _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha filha Alice, cujo sorriso ilumina todos os dias da minha vida. Que seus olhos nunca deixem de brilhar. Que continue sempre bagunçando meus livros.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de redação de uma tese é um trabalho árduo e intenso. Na reta final do curso de pós-graduação tive a feliz notícia de que minha filha estava a caminho. Toda a dedicação exigida de uma mãe após o nascimento de uma filha dificultou ainda mais esse momento. Por isso, tenho muito a agradecer a todos os que estiveram ao meu lado, acreditando, de verdade, que eu seria capaz.

Assim, expresso minha gratidão a todos os envolvidos nesse processo.

Aos meus pais, que estão sempre ao meu lado, especialmente no cuidado e amor diário com a minha filha. Eles nunca me deixaram desistir dos sonhos e são as pessoas mais incríveis que conheço.

Aos meus irmãos, que cuidam de todos nós.

Ao Professor Sebastião Botto de Barros Tojal, meu orientador, a quem expresso minha enorme devoção por tudo que me ensinou, tanto na vivência prática quanto acadêmica do Direito. Obrigada pela amizade e pela orientação constantes, especialmente na elaboração do presente trabalho.

Ao Professor Pedro de Abreu Bohomoletz Dallari, cuja visão de mundo, do Direito e da Ética sempre me acompanharão. Agradeço todos os seus ensinamentos durante a minha vida profissional e acadêmica.

Aos Professores Marco Fábio Morsello e Gustavo Justino de Oliveira, que integraram a Banca de Qualificação e trouxeram valiosas contribuições para a redação e finalização deste estudo.

Aos Professores Cláudio Luiz Bueno de Godoy e Elza Antônia Pereira Cunha Boiteaux, cujas aulas de pós-graduação certamente transformaram minha forma de entender o Direito.

Às minhas sócias Renata, Maria Clara e Isabela, com a valiosa presença no escritório, o que permitiu minha ausência tantas vezes para a redação deste trabalho e pelas incontáveis horas de conversa, sempre inspiradoras e incentivadoras.

Às minhas queridas colaboradoras, Alessandra, por me auxiliar diariamente e contribuir com muita dedicação com o trabalho de pesquisa durante a elaboração desta tese, e Bete, que cuida da minha filha com tanto amor, durante os dias da semana.

À Eveline, que me auxiliou no trabalho de revisão.

A coruja de Minerva levanta voo ao cair do crepúsculo.
Georg Wilhelm Friedrich Hegel

RESUMO

FREGNI, G. **O direito ao desenvolvimento como preceito norteador na interpretação dos negócios jurídicos**, 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2019.

O direito ao desenvolvimento foi consagrado pela Constituição Federal como objetivo da República e da ordem econômica, em conformidade com o preâmbulo e artigos 3º, II e III, 170 e 219, todos da Constituição Federal.

Trata-se de um conceito amplo que visa assegurar o crescimento e o progresso econômico, a estabilização dos ideais de dignidade, liberdade e igualdade da pessoa humana, além do incremento do bem-estar social e da justa distribuição das riquezas. Pressupõe, ainda, a cooperação internacional, o fortalecimento da paz e o respeito aos direitos humanos.

Na busca do ideal de desenvolvimento, devem ser considerados os conceitos de governança, que estabelece para a administração pública metas de eficiência e controle de resultados. Além disso, a administração passa a privilegiar o acordo, a colaboração e a coordenação dos interesses sociais. É estabelecida uma divisão de responsabilidades entre governo e sociedade, através de uma ação concertada entre público e privado.

Por outro lado, no direito obrigacional, o movimento de “descodificação” e de “constitucionalização do direito privado” transformou a visão de autonomia da vontade e o *pacta sunt servanda*, que tradicionalmente definiram os negócios jurídicos. Então, as noções de função social do contrato e boa-fé objetiva passaram a regulamentar os negócios jurídicos, de maneira que, por meio das cláusulas gerais, incumbe ao aplicador do direito integrar e interpretar os negócios jurídicos sob a ótica dos direitos fundamentais.

O presente estudo visa, com fundamento na concepção atual de constitucionalização do direito privado e, tendo em vista a aproximação dos regimes de direito público e privado, a estabelecer parâmetros para que o direito ao desenvolvimento seja reconhecido como preceito norteador na interpretação dos negócios jurídicos.

Deste modo, os contratos devem comprometer-se com o direito ao desenvolvimento e com os ideais de solidariedade, de democracia e de equidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Solidariedade. Bem-estar social. Novo direito administrativo. Autonomia privada. Boa-fé objetiva. Função social do contrato. Direitos fundamentais.

ABSTRACT

FREGNI, G. **The right to the development as a guiding principle in the legal business interpretation**, 2019. Thesis (Doctorate) – Universidade de São Paulo, Law College, 2019.

The right to development was conceptualized by the Federal Constitution as a goal for the Republic and for Economy, in accordance with the preamble and articles 3, items II and III, 170 and 219, all part of the Federal Constitution.

Such broad concept aims at ensuring there is economic growth and at making sure that economic progress is permeated by the ideals of dignity, liberty and equality of human beings. The right to development also focuses on increasing social welfare and distributing wealth in a fair manner. The concept also assumes there is international cooperation, respect to human rights and enhancement of worldwide peace.

In the pursuit of optimal and ideal development, the concepts of governance that control public administration results should be taken into consideration, leading administrators to guide agreements towards what is more socially convenient.

So, shared responsibility between government and society is established through an orchestrated action between public and private.

On the other hand, when it comes to obligational law, the tendency to “decoding” and to “constitutionalisation of the private law” have transformed the perception of autonomy of will and *pacta sunt servanda*, which has traditionally defined the contracts.

As a consequence, the concepts of the contract’s social role and objective good Faith have become a way of regulating legal businesses. Through general clauses the one who is applying the law becomes responsible for interpreting and integrating legal businesses through the perspective of the fundamental rights.

The contracts must commit themselves to the right to development, as well as to the solidarity, democracy and equity ideals.

Keywords: development, solidarity, social welfare, new administrative law, private autonomy, objective good faith, contract social function, fundamental rights.

RIASSUNTO

FREGNI, G. **Il diritto allo sviluppo come principio guida nell'interpretazione dei negozi giuridici**, 2019. Tesi (Dottorato di ricerca) – Università di San Paolo, Facoltà di Giurisprudenza, 2019.

Il diritto allo sviluppo è assunto nella Costituzione Federale come scopo della Repubblica e del sistema economico, in conformità al preambolo e agli articoli 3°, commi II e III, 170 e 219, tutti della Costituzione Federale. Si tratta di un concetto ampio che mira ad assicurare la crescita ed il progresso economico, la stabilizzazione degli ideali di dignità, libertà e uguaglianza della persona umana, oltre alla crescita del benessere sociale e della giusta distribuzione delle ricchezze. Presuppone, inoltre, la cooperazione internazionale, il consolidamento della pace ed il rispetto dei diritti umani. Nella ricerca dell'ideale di sviluppo si devono considerare i concetti di *governance*, che fissa per la Pubblica Amministrazione mete di efficienza e verifica dei risultati. Inoltre la Pubblica Amministrazione tende a dar preferenza all'accordo, alla collaborazione e al coordinamento degli interessi sociali. Si costituisce una partizione di responsabilità tra governo e società, attraverso un'azione svolta di concerto tra pubblico e privato.

Sotto altro aspetto, nel diritto delle obbligazioni, il movimento di “decodificazione” e “costituzionalizzazione del diritto privato” ha trasformato i concetti dell'autonomia della volontà e del *pacta sunt servanda*, che tradizionalmente definivano i negozi giuridici. Cosicché le nozioni di funzione sociale del contratto e buona fede oggettiva sono passate a regolare i negozi giuridici, in modo che, attraverso le clausole generali, spetta all'operatore del diritto integrare e interpretare i negozi giuridici sotto l'ottica dei diritti fondamentali.

Questo studio si basa sulla concezione attuale della costituzionalizzazione del diritto privato e tiene conto dell'approssimazione dei sistemi del diritto pubblico con il privato - specialmente nella sfera del diritto delle obbligazioni e della nuova concezione del diritto amministrativo -; mira, quindi, a fissare parametri affinché il diritto allo sviluppo sia riconosciuto come precetto guida nell'interpretazione dei negozi giuridici.

In tal modo i contratti devono osservare anche il diritto allo sviluppo, e così pure le idee di solidarietà, democrazia ed equità.

Parole-chiave: Sviluppo. Solidarietà, Benessere sociale. Nuovo diritto amministrativo. Autonomia privata. Buona fede oggettiva. Funzione sociale del contratto. Diritti fondamentali.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E SUA DEFINIÇÃO.....	27
2.1	Desenvolvimento como direito e sua eficácia concreta	27
2.2	As relações entre direito e desenvolvimento.....	33
2.3	O desenvolvimento social - a importância do desenvolvimento para o bem-estar social.....	39
2.4	Desenvolvimento e solidariedade.....	42
2.5	Desenvolvimento sustentável.....	46
2.6	O desenvolvimento no Brasil após o período de redemocratização.....	54
3	O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO MOTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS – GOVERNANÇA, GLOBALIZAÇÃO E MERCADO.....	61
3.1	Desenvolvimento político e governança.....	61
3.2	A criação de um novo direito administrativo – critérios e parâmetros.....	75
3.3	Globalização e os desafios na constituição de um direito global.....	78
3.4	As relações entre mercado, direito e soberania	83
3.5	Um exemplo concreto – a visão do direito comunitário e as novas formas de se entender as relações do indivíduo com o Poder Público.....	85
4	O FIM DA DISTINÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO	93
4.1	A constitucionalização do direito privado.....	93
4.2	Os modelos de interpretação das normas de direito civil – os sistemas de direito privado e as inovações trazidas pelo código civil alemão – BGB	95
4.3	Descodificação do direito civil.....	99
4.4	Unidade funcional do vínculo contratual – “obrigação como processo”.....	104
5	NEGÓCIO JURÍDICO E AUTONOMIA SOCIAL.....	109
5.1	Da cláusula geral da boa-fé objetiva.....	109
5.2	O novo papel do juiz.....	113

5.3	Funções das cláusulas gerais.....	117
5.4	O princípio da função social do contrato.....	121
5.5	O valor social do contrato, em interpretação conforme a Constituição – o conceito de autonomia social	127
6	O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO PRECEITO NORTEADOR DAS RELAÇÕES NEGOCIAIS.....	129
6.1	A utilização do direito ao desenvolvimento como instrumento de hermenêutica dos negócios jurídicos.....	129
6.2	Contratos existenciais e de lucro – nova dicotomia.....	133
6.3	Formas de integração do negócio jurídico e a infiltração dos direitos fundamentais.....	135
6.4	A aproximação das normas formas contratuais – a constitucionalização das relações negociais e a contratualização do direito administrativo	138
6.5	Parâmetros e critérios para se buscar a efetividade do direito ao desenvolvimento nas relações negociais.....	140
	CONCLUSÃO.....	149
	REFERÊNCIAS	157

1 INTRODUÇÃO

O direito ao desenvolvimento é, de acordo com a Constituição Federal de 1988, um princípio norteador do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, um direito subjetivo que tem o indivíduo como seu destinatário final. Trata-se do reconhecimento de que todo o ser humano tem o direito a uma existência plena, com um nível econômico, social e cultural cada vez melhor e voltado ao progresso.¹

O presente trabalho visa aprofundar a análise a respeito da interação entre o direito ao desenvolvimento e as relações privadas, especialmente as relações negociais. Busca-se, pois, dar efetividade ao direito ao desenvolvimento na interpretação das condições negociais, com fundamento em uma visão funcional dos negócios jurídicos.

O desenvolvimento tem como finalidade assegurar a liberdade e a igualdade da pessoa humana². Trata-se de um processo econômico, social, cultural e político, direcionado ao incremento do bem-estar da população e da justa distribuição dos benefícios. Pressupõe, ainda, a cooperação internacional, o fortalecimento da paz e o respeito aos direitos humanos.

É possível definir este direito como o direito humano à fruição equitativa e livre do resultado do progresso econômico, cultural social e político.³

De acordo com Amartya Sen, o desenvolvimento acaba por viabilizar outros direitos, pois “oportunidades sociais de educação e saúde complementam as oportunidades individuais de participação econômica e política e estimulam nossas iniciativas no sentido de superar privações.”⁴

Ademais, o progresso econômico, social e cultural auxilia na formação da cidadania. Ao se promover o desenvolvimento equilibrado da sociedade, fica assegurada a igualdade e a simetria nas relações interpessoais.

¹ CARRILO SALCEDO, Juan Antonio. El derecho al desarrollo como derecho humano. **Revista Espanola de Derecho Internacional**, v. 25, Santiago de Compostela, 1972, p. 119-125.

² PEREZ LUNO, Antonio Enrique **Los derechos humanos**. Madrid: Tecnos, 2004, p. 47.

³ FACHIN, Melina Girardi. Direito fundamental ao desenvolvimento – uma possível resignificação entre a Constituição brasileira e o direito ao desenvolvimento. In: (org.) PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 189.

⁴ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O direito ao desenvolvimento estimula e viabiliza a implementação de outros direitos, estabelecendo-se uma ordem para eles sejam plenamente implementados, em diversas áreas. Trata-se, pois, de um princípio que permite concretizar a conquista de outros direitos fundamentais.

É este um direito coletivo e ao mesmo tempo individual, mas que tem o Estado como principal responsável por sua implementação. Impõe-se o entrelaçamento do dever estatal de prover o desenvolvimento econômico com o direito dos indivíduos ao desenvolvimento social e humano.⁵

Através do desenvolvimento visa-se assegurar aos povos (coletivamente) e aos indivíduos meios para buscar uma vida boa e com qualidade, envolvendo a realização de necessidades materiais e não materiais. Configura-se, portanto, uma condição, ou uma ponte para promover outros direitos humanos.⁶

Assim, é possível vislumbrar o direito ao desenvolvimento como um meio para se realizar e concretizar os demais direitos.

Não se pretende nesse estudo definir exaustivamente o direito ao desenvolvimento com vistas a apresentar todos os desdobramentos dele decorrentes, tampouco esgotar as teorias a respeito. Ou seja, não se busca especificamente a definição conceitual do desenvolvimento.

Trata-se, isto sim, de apresentá-lo como instrumento a ser utilizado no plano individual para a hermenêutica dos negócios jurídicos, ou seja, como parâmetro constitucional que deverá informar as soluções jurídicas negociais.

A sociedade humana se organizou a partir de uma pluralidade de atores com interesses múltiplos e muitas vezes conflituosos, a exemplo dos interesses de instituições financeiras e companhias de seguros, indústria e meio ambiente, saúde e seguradoras etc. Cabe ao direito compor os interesses em conflito, acolher demandas sociais e políticas e normatizar questões nascidas nessa nova realidade. Tudo visando buscar equilíbrio e igualdade, incluindo a participação dos diversos atores sociais e econômicos.

⁵ OLIVEIRA, Silvia Menicucci de. **Direito ao desenvolvimento**: teorias e estratégias de implementação. 322 p. Tese (Doutorado/Direito Internacional). Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006, p. 190.

⁶ “O direito ao desenvolvimento deve ser considerado um *direito fator*, pois tem a capacidade de estimular a realização de outros direitos humanos” (OLIVEIRA, Silvia Menicucci de. **Direito ao desenvolvimento**: teorias e estratégias de implementação. 322 p. Tese (Doutorado/Direito Internacional). Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006, p. 189.

Além disso, o direito ao desenvolvimento tem como fundamento a busca por condições e recursos necessários ao bem-estar material que envolve o mínimo existencial, como alimentação, água, habitação, saúde, assistência social, educação, segurança e a liberdade para escolher o tipo de vida desejada.

Por essa razão, a governança adequada do Estado e da sociedade apresenta-se como um fator relevante na construção do desenvolvimento, na medida em que exige uma burocracia organizada e eficiente, gera qualidade na gestão pública, permite a adequada interação entre os diversos níveis sociais e traz valores éticos e responsabilidade na condução dos assuntos de Estado.

Então, é que se vislumbra o estabelecimento de um direito administrativo, por meio do qual a governança estatal seja um instrumento de efetividade da ação pública, da contratualização e do diálogo social. Nessa nova perspectiva de governança, o Estado mediador (lógica do consenso) se contrapõe ao antigo Estado impositor (lógica da autoridade).⁷

Com efeito, nasceu a demanda por um direito administrativo menos mandatório e imperativo e mais integrado aos anseios sociais, buscando consenso, adesão e conciliação. Na contemporaneidade exige-se balanceamento entre liberdade-autoridade, deixando o direito administrativo de ser o direito do Estado e assumindo a condição de direito da sociedade.

Busca-se construir um direito administrativo voltado a uma realidade globalizada, que envolve conceitos como o direito à boa administração, o devido processo legal administrativo, a motivação e a transparência.⁸

⁷ OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Contrato de gestão**. São Paulo: RT, 2008, p. 23-42.

⁸ MEDAUAR, Odete. **O direito administrativo em evolução**. 3. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017, p. 385-413.

Para tanto, o direito constituído pela União Europeia (direito comunitário)⁹ trará parâmetros à construção desse novo direito administrativo e será, no presente trabalho, utilizado como estudo de caso para a análise da evolução do direito administrativo que, diversamente do direito administrativo tradicional, passa a ser baseado em noções de cooperação, responsabilidade e harmonização de interesses vários, visando o crescimento econômico e o progresso.

No contexto da União Europeia, muito embora cada um dos Estados tenha transferido parcela do poder de regulamentar a circulação de bens e as políticas econômicas para a região¹⁰, no interior dos países membros as regras constitucionais atinentes aos direitos fundamentais prevaleceram, em sintonia com as diretrizes do sistema europeu de direitos humanos, passando a ser harmonizadas com as próprias regras econômicas.

Na construção de um direito administrativo comum à União Europeia, não se pode admitir uma divisão rígida entre sociedade e administração, tampouco uma legislação composta por normas exclusivamente mandatórias. As deliberações da administração pública, neste cenário, devem se basear em negociação, consulta e mediação.

⁹ No centro da União Europeia (UE) estão os 28 Estados Membros que pertencem à União e os seus cidadãos. O que resulta do facto de, não obstante serem todos estados soberanos e independentes, são países congregados que faz sentido trabalhar em conjunto. Congregar soberania significa, na prática, que os Estados Membros delegam alguns dos seus poderes de decisão nas instituições comuns que criaram, de modo a assegurar que as decisões sobre assuntos do interesse comum possam ser tomadas democraticamente a nível europeu. A tomada de decisões da União Europeia envolve várias instituições: o Parlamento Europeu, eleito e representado pelos cidadãos, o Conselho Europeu, constituído pelos chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da EU, a Comissão Europeia, representando os interesses da União em seu conjunto. Em princípio, é a Comissão Europeia que propõe nova legislação, e são o Parlamento e o Conselho que a adotam. Seguidamente, os Estados-Membros e as instituições da UE põem-na em prática. A terceira secção da presente publicação contém mais informações sobre o modo como a União toma decisões e como as implementa. A UE criou uma moeda única, o euro, atualmente uma das principais moedas mundiais, que torna o mercado único mais eficiente. Também criou a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que protege certos direitos políticos, sociais e económicos dos cidadãos e residentes da UE. Está igualmente na vanguarda da proteção do ambiente e da luta contra as alterações climáticas. (Disponível em: <http://publications.europa.eu/webpub/com/eu-what-it-is/pt/> Acesso em 22 abr. 2019).

¹⁰ “Todavia, a constituição econômica não pode ser isolada do contexto do inteiro ordenamento constitucional: este é, de toda sorte, o resultado de uma interpretação sistemática, orientada ao respeito às hierarquias e aos valores, expressa pela visão do mundo que se deduz da própria Carta. Está em jogo o valor máximo do sistema constitucional: a soberania. A autolimitação da soberania – realizada nos termos do art. 11 Const. – não pode ser total; ela pressupõe a manutenção de uma consistente e geral soberania do Estado, de maneira que a quota de soberania renunciada em favor do mercado único, primeiro e da União Europeia depois, ora transferida, realisticamente aos países membros mais fortes não pode comprometer a originária soberania do Estado membro” (PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. 3. ed. Tradução de Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 537).

Daí a importância de se analisar, para os fins deste estudo, o modelo estabelecido pela União Europeia na constituição de um direito administrativo único e integrado, ferramenta relevante na promoção do direito ao desenvolvimento. Tudo visando compreender as formas de aproximação do direito público e privado.

Por outro lado, no direito privado, observou-se o movimento de abertura e de “descodificação”, o qual, na realidade obrigacional, trouxe funcionalidade aos negócios jurídicos, impondo uma interpretação coerente com os valores e os princípios constitucionais.

A partir da visão de que o direito privado, além de realizar os interesses individuais, deve perseguir o bem comum, o equilíbrio e a justiça das relações jurídicas sob sua tutela (artigo 2.035, parágrafo único do Código Civil, artigo 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Decreto Lei n. 4.657/1942) – não mais prosperou o conceito de total liberdade dos negócios. Nesse contexto, o contrato conquistou um valor social, constitucionalizado, deixando de lado o caráter absoluto da autonomia da vontade para atingir a autonomia social. Assim, o direito civil tornou-se também um meio para implementar direitos constitucionais, com vistas à socialidade e à solidariedade.

O ideal de solidariedade traz uma nova maneira de se conceber a relação do indivíduo com a sociedade e do indivíduo com o Estado. Trata-se de um valor dirigido ao gênero humano e aos povos, e não ao indivíduo.¹¹

As ações políticas e o direito passaram a mediar os valores coletivos. Conforme ensina José Fernando de Castro Faria¹², “o princípio da solidariedade propõe redefinir o papel do Estado, que passa a ter uma missão social”.

Assim, direito, solidariedade e democracia devem caminhar juntos. A complexidade das relações estabeleceu uma interdependência social, decorrente da necessidade da coexistência humana e da consciência racional dos interesses comuns. O indivíduo tem ao mesmo tempo consciência de sua individualidade e da sua dependência da coletividade. Esta interdependência é necessária para a autodeterminação e o desenvolvimento da pessoa humana.

¹¹“Estar-se-ia diante de enunciados jurídicos que têm como primeiro titular o próprio gênero humano, num momento crucial em termos de sua afirmação como valor supremo [...] As relações internacionais estão no centro da proclamação desses direitos, constituindo-se como objetivo a construção de uma ordem jurídica baseada na solidariedade e na fraternidade entre os Estados” (FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer; FRANCO, Fernanda Cristina Oliveira; PETERKE, Sven; VENTURA, Alencar Mayer Feitosa. **Direitos humanos de solidariedade**. Curitiba: Appris, 2013, p. 100).

¹² FARIAS, José Fernando de Castro. **A origem do direito de solidariedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 220.

Neste contexto, o contrato deixa de ser um mero ato de querer e assume uma função dentro de um ideal de justiça distributiva.

O artigo 219 da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que “o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País”, sofreu uma série de críticas doutrinárias¹³, especialmente por estar situado no Título “Da Ordem Social” da Carta Constitucional.

Este dispositivo, porém, apresenta o norte interpretativo que se pretende desenvolver neste estudo, ou seja, o de buscar a concretização do direito constitucional ao desenvolvimento cultural e socioeconômico do país, que deverá se refletir no bem-estar, na dignidade e na autonomia dos indivíduos. Ou ainda, estabelecer vetores para a hermenêutica das relações negociais para que estas se aperfeiçoem, integrando-se a tais valores constitucionais de organização da economia “em favor da democracia”.¹⁴

Com efeito, a configuração dos direitos econômicos na Constituição Federal de 1988 apresenta, em resumo, as seguintes características: i. há um rol de valores e diretrizes a serem perseguidos; ii. há programas voltados à coletividade a serem seguidos pelo legislador ordinário; e iii. há regras específicas voltadas a evitar abusos na condução de políticas econômicas e sociais.

Desse modo, a despeito da liberdade, que deve permear as relações econômicas, há interesses a serem assegurados, como a defesa do meio ambiente, a justiça social, a livre concorrência e a função social da propriedade e do contrato.

Sob esta ótica, observa-se que o desenvolvimento foi elevado a objetivo da República, inclusive incluído no preâmbulo do texto constitucional¹⁵. Além disso, trata-se de preceito destinado à atividade econômica e um direito fundamental a ser perseguido em todas as esferas do ordenamento jurídico.

Então, o que se busca, conforme demonstrado, é concretizar o direito ao desenvolvimento na interpretação dos negócios jurídicos, considerando que o contrato é uma das formas mais importantes de se efetivar a atividade econômica.

¹³ SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 821.

¹⁴ FERREIRA FILHO, Manoel. **Curso de direito constitucional**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 347.

¹⁵ “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”.

Deste modo, e diante da necessidade de se harmonizar com coerência os objetivos constitucionais aos interesses individuais, é certo que as relações obrigacionais deverão voltar-se ao desenvolvimento, como meio de se conciliar mercado e socialidade, progresso e respeito aos direitos humanos, desenvolvimento e Estado Democrático de Direito.

Na ordem contemporânea, dá-se, assim, a superação da visão clássica de que o direito privado possui como essência apenas realizar o interesse individual e regulamentar relações de natureza meramente privadas. O interesse público e os objetivos constitucionais, de acordo com o que se sustenta neste estudo, são também a finalidade do direito privado e de todos os seus institutos.

Conforme ensina Rosa Maria de Andrade Nery¹⁶, as noções de mercado e livre iniciativa devem ser traduzidas tendo em vista seus fins sociais e as necessidades de proteção e de autorrealização dos seres humanos.

Assim, o resultado da pesquisa que aqui se apresenta foi sistematizada conforme a estrutura a seguir.

O capítulo 2, logo após a Introdução, foi dedicado a conceituar o direito ao desenvolvimento, considerando os vários aspectos envolvendo sua construção, como o desenvolvimento humano, social e econômico.

Em conformidade ao pensamento de Michael Trebilcock¹⁷, é possível compreender o desenvolvimento a partir do ideal de uma “vida boa”, ou seja, é o bem-estar na sociedade contemporânea, tendo como centro o ser humano. Para tanto, deve-se considerar os diversos aspectos que o viabilizam, como por exemplo: i. a força das leis (*rule of law*), que assegura transparência e igualdade; ii. o incremento da diversidade cultural, a qual diz respeito ao bem-estar e ao comportamento humano; iii. a democracia; iv. a força das instituições, que traz a qualidade das políticas públicas; e iv. o progresso econômico e tecnológico.

O desenvolvimento nacional, preceito tido como direito fundamental e princípio norteador do ordenamento jurídico, possui duas vertentes: a coletiva, que impõe ao Estado e à coletividade, por meio de políticas públicas, o dever de assegurar a

¹⁶ NERY, Rosa Maria de Andrade. **Introdução ao pensamento jurídico e à teoria geral do direito privado**. São Paulo: RT, 2008, p. 67.

¹⁷ TREBILCOCK, Michael J.; MOTA PRADO, Mariana. **Advanced introduction to law and development**. New York: Edward Elgar Publishing, 2014.

participação equitativa de todos na fruição das riquezas nacionais¹⁸, oferecendo condições de inclusão na vida econômica em pé de igualdade; e a individual, que propõe a solidariedade constitucional nas relações humanas e privadas, visando atingir os ideais de igualdade e de justiça. É esse o conceito constitucional que assegura ao ser humano a liberdade real para interagir com o mundo de forma digna.¹⁹

Nasce o entendimento de que o desenvolvimento supera o crescimento econômico e impõe a busca por um ideal de progresso, igualdade social, democracia e dignidade humana.

Ainda, há que se associar o conceito de desenvolvimento a garantias de direitos, sem olvidar a importância das liberdades democráticas. A concepção mais completa de desenvolvimento impõe preocupações relacionadas às liberdades e aos direitos humanos.

Serão apresentadas as relações entre direito e desenvolvimento, que buscam relacionar direito e crescimento econômico, impondo basicamente infraestrutura institucional.²⁰

Há um movimento que defende a aproximação entre direito e economia com a finalidade de induzir e influenciar as instituições no processo de desenvolvimento. Nesta concepção, a finalidade da lei seria assegurar o regular funcionamento das instituições, além de promover os direitos humanos e o acesso a um Poder Judiciário imparcial e eficiente.

Sob essa perspectiva, o Estado seria um instrumento de organização e de transformação da sociedade e das instituições jurídicas, por meio de políticas públicas eficientes.

No capítulo 3, aprofundando a análise sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento, serão trazidos conceitos como governança, influência do Poder Judiciário na agenda política e no estabelecimento de políticas públicas.

¹⁸ Artigo 2º, § 3º da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986: “Os Estados têm o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem ao constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa e no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes.”

¹⁹ “A ideia básica de que a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas” (SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 52).

²⁰ TREBILCOCK, Michael J.; MOTA PRADO, Mariana. **Advanced introduction to law and development**. New York: Edward Elgar Publishing, 2014, p. 3-16.

Já se sabe que a boa governança é fundamental ao desenvolvimento. Trata-se de estabelecer governos eficazes e eficientes, além de instituições sólidas e responsáveis. A qualidade institucional, além disso, garante estabilidade política, adequação das políticas públicas, confiabilidade e qualidade legislativa.²¹

A governança se realiza por meio de burocracia séria, qualidade da gestão pública, aprimoramento da relação do Estado com a sociedade por meio de canais de participação social, garantia de direitos, incentivo à negociação e cooperação, imposição de regras e de responsabilidade aos administradores e da dinamização da legislação aplicável.

Dentro de uma concepção de “judicialização da política”, o Poder Judiciário tem a função de, em determinados momentos, equilibrar situações extremas e impor a realização de políticas públicas que devem servir ao atendimento de direitos fundamentais, sem que isso configure “ativismo judicial”.²²

Ainda nesse aspecto, sustenta-se²³ a necessidade de se construir um novo direito administrativo, com vistas a viabilizar valores constitucionais, proteger direitos individuais e integrar os vários agentes participantes do processo econômico no estabelecimento de políticas públicas.

Trata-se de um direito administrativo menos imperativo e mais deliberativo, que visa conciliar interesses do Estado e da sociedade e incorporar ideais de globalização e de inovação.

O capítulo em questão ainda traça um panorama do direito administrativo criado pelo direito comunitário, como uma forma de apresentar o modelo de um novo direito administrativo e de soluções que respeitem o conceito de globalização e criação de um direito regional ou global.

Não se trata de apresentar um estudo de direito comparado, mas de utilizar o direito comunitário como expressão concreta de um novo modo de se entender o direito administrativo e as relações entre Estado e sociedade, considerando o ideal de um “novo consensualismo”.

²¹ TREBILCOCK, Michael J.; MOTA PRADO, Mariana. **Advanced introduction to law and development**. New York: Edward Elgar Publishing, 2014.

²² GAURI, Varun. The judicialization of development policy. In: HELLER, P.; RAO, V. (Eds), **Deliberation and development: rethinking the role of voice and collective action in unequal societies**. Washington, DC: World Bank Group, 2015, p. 223-228.

²³ HACHEN, Daniel Wunden. Administração pública inclusiva, igualdade e desenvolvimento: o direito administrativo brasileiro rumo à atuação estatal para além do mínimo existencial. In: (org.) MARRARA, Thiago. **Direito administrativo: transformações e tendências**. Coimbra: Almedina, 2014, p. 429-460.

Com isso, poderá servir como modelo para buscar critérios, aproximar e ampliar a integração entre o direito público e o privado, com vistas a amparar o ideal de utilização do direito ao desenvolvimento como meio para interpretar os negócios jurídicos.

Com efeito, a União Europeia²⁴ foi criada para regular questões de natureza econômica, visando essencialmente proteger o mercado. Mas cada Estado membro mantém sua soberania e sua própria Constituição.

O direito comunitário, essencialmente descentralizado, não vislumbra uma divisão precisa entre sociedade e administração. As deliberações da administração pública passam a se dar mediante negociação, consulta e mediação. O desafio do direito administrativo moderno e nascido no contexto da União Europeia é compor forças sociais e políticas, mediando conflitos e incorporando novas demandas.

O capítulo 4, por outro lado, demonstrará a evolução das relações entre o direito público e o direito privado, sob uma ótica hoje crescente de que não mais se pode vislumbrar a absoluta distinção entre tais áreas do direito, dentro de uma concepção que se passou a denominar “constitucionalização do direito privado”.

Nas palavras de Paulo Lôbo, “a constitucionalização do direito não é episódica ou circunstancial. É consequência inevitável da natureza do Estado Social, [...]”²⁵. Isto porque as cartas constitucionais deixaram de ter eficácia limitada às relações entre a administração pública e seus administrados e passaram a surtir efeitos em todo o ordenamento jurídico, especialmente nas relações horizontais (entre particulares).

Também serão estudadas as transformações do direito obrigacional. Como se verá, o Código Civil deixou de ser um documento rígido, hermético e independente da Constituição, destinado a reger o direito de propriedade e passou a reconhecer a necessidade de integrar seus institutos às normas constitucionais. Isto se deu por meio das chamadas cláusulas gerais, como os princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva.

²⁴ O Tratado de Roma, datado de 25 de março de 1957, criou a “Comunidade Econômica Europeia”, popularmente conhecida como “Mercado Comum”. O Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia, datado de 1º de novembro de 1992, alterou a denominação para “Comunidade Europeia” e instituiu também a “União Europeia”. Foi estabelecido um espaço de união e integração econômica na Europa e criada moeda única, o Euro. O Tratado de Lisboa, datado de 13 de dezembro de 2007, passou a estabelecer, por sua vez, unicamente a “União Europeia”, não mais cabendo a utilização do termo “Comunidade Europeia”.

²⁵ LÔBO, Paulo. A constitucionalização do direito civil brasileiro. In: (coord.) TEPEDINO, Gustavo. **Direito civil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 20.

Tradicionalmente os Códigos possuem a função de assegurar completude, coerência e previsibilidade ao sistema²⁶. Tudo com parâmetro no Código Civil francês de 1804, que nasceu como epicentro do sistema legal, fechado e autossuficiente.

De modo totalmente inovador e contrariando a tradição criada pelo Código Civil Francês, o BGB (Código Civil Alemão) trouxe abertura e flexibilidade ao sistema privado, especialmente após a reforma legislativa de 2001/2002.

A partir de então, o direito privado passou a reger-se também por cláusulas gerais, regras principiológicas e valores constitucionais.

Surgiu, assim, o movimento de descodificação do direito civil, o qual, no âmbito do direito obrigacional, se concretizou com o conceito de base objetiva do negócio jurídico.

Outro aspecto subjetivo do negócio jurídico, estabelecido em razão de um ato de vontade das partes, deve se harmonizar com o aspecto objetivo da relação obrigacional formada, que considera especialmente o interesse concreto perseguido, a análise da funcionalidade do pacto, o escopo do negócio jurídico e o sinalagma contratual.

O capítulo 5 aborda a evolução do direito obrigacional ao abandonar o antigo conceito de autonomia da vontade, com ênfase no *pacta sunt servanda*, e avançar para a autonomia privada, que trata o negócio jurídico objetiva e funcionalmente, até chegar à autonomia social, que vislumbra o valor social do negócio jurídico.

Sob esta ótica, as relações negociais devem ser justas, úteis e legítimas, além de contar com rigorosa aplicação do princípio da boa-fé objetiva – esta última impõe um padrão de comportamento leal e coerente. A confiança é elemento essencial na formação e no desenvolvimento do contrato. Para Judith Martins-Costa, confiança é o cimento da convivência social.²⁷

O juiz passa a ser relevante na integração do negócio jurídico a partir das cláusulas gerais, sempre tendo como diretriz o risco normal, o sinalagma e o necessário equilíbrio econômico do contrato.

²⁶ ZIMMERMANN, Reinhard. Codification – the civilian experience reconsidered on the eve of a common european sales law. In: **European Review of Contract Law** (ERCL), v. 8, n. 4, 2012; Max Planck Private Law Research Paper n.12-30. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2166765>. Acesso em: 13 maio 2019, p. 375.

²⁷ MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé objetiva e o adimplemento das obrigações. **Revista Brasileira de Direito Comparado**, n. 25, Rio de Janeiro, 2004, p. 230-281.

Na integração do negócio jurídico, sugere-se aplicar as regras de ponderação, de otimização e de proporcionalidade, conforme exposto por Robert Alexy²⁸, visando assegurar uma adequada interpretação.

O vínculo obrigacional, por outro lado, não se exaure com o mero cumprimento da obrigação. O contrato possui diversas fases entre a pré-contratual (tratativas e acordos preliminares) e a pós-contratual (deveres anexos de assistência e de proteção).²⁹ O credor possui deveres; há, ainda, deveres anexos do devedor, que se integram à prestação principal. O descumprimento aos deveres de ambas as partes acarreta como consequência o inadimplemento, ainda que parcial.

O princípio da boa-fé objetiva também impõe aos contratantes um padrão de lisura, lealdade, colaboração, atendimento às justas expectativas, apresentação de informações esclarecedoras, dever de aconselhamento e vedação ao abuso de direito (função corretiva da boa-fé). Ainda, não se admite à parte: i. agir em contradição com comportamento anterior (*venire contra factum proprium*); ii. utilizar a seu favor violação contratual praticada (*tu quoque*).

A inércia prolongada ou a prática de atos reiterados (mesmo não previstos contratualmente) gera direitos em razão da justa expectativa criada (*supressio e surrectio*).

Ademais, entre os deveres anexos aos da boa-fé está o dever de mitigar os danos, consubstanciado na busca por promover eficiência econômica, reduzindo desperdícios, buscando otimizar recursos econômicos e adotando medidas razoáveis nesse sentido. O dever de mitigar os danos decorre ainda do dever de cooperação e do princípio da boa-fé objetiva.

Como se verá, as cláusulas gerais criam normas de alcance geral, asseguram dinamicidade ao incorporar novos valores e permitem a interdependência das áreas do direito, retirando o direito civil de seu tradicional isolamento.³⁰

Neste capítulo, será também analisada a função social do contrato. É que o direito de propriedade passou a ser permeado pelo ideal de propriedade-função, integrando-se a valores sociais e de solidariedade.

²⁸ ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 93-117.

²⁹ SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. **A obrigação como processo**. São Paulo: José Bushatschy, 1976.

³⁰ MARTINS-COSTA, Judith. O direito privado como um sistema em construção. In: **Revista de Informação Legislativa** n.35, Brasília, 1998.

Deve-se recordar, para tanto, o artigo 170 da Constituição Federal de 1988. Segundo seu texto, a liberdade de iniciativa econômica e o trabalho humano devem ser exercidos em consonância com os ditames da justiça social, da garantia de uma existência digna e da função social da propriedade. A igualdade e a liberdade nas relações negociais deixam então de ser formais e absolutas.

Finalmente, no capítulo 6, será apresentado o resultado da investigação a respeito das formas de se dar eficácia jurídica ao direito ao desenvolvimento na interpretação dos negócios jurídicos, traçando-se os critérios para dimensionar tal interação e os meios pelos quais devem ser realizados.

É certo que o direito privado atual evoluiu e passou a ter funções mais associadas ao direito público, o que de certo modo limitou a liberdade das relações privadas.

As funções do direito privado e do direito público que estiveram, até então, associadas às esferas interna e externa dos indivíduos, na visão contemporânea, se comunicam, estabelecendo uma finalidade social também aos interesses privados.³¹

A este propósito, ao harmonizar o direito ao desenvolvimento com os interesses privados, a jurisprudência da Corte Internacional de Direitos Humanos, tendo em vista o disposto no artigo 8º da Convenção Europeia de Direitos Humanos³², já se manifestou no sentido de que, na ponderação de direitos, o bem-estar econômico da comunidade deve ser preservado face ao bem-estar individual da população.

No julgamento *Powell e Rayner v. Reino Unido*³³, os autores apresentaram demandas em face do Estado em razão da construção do aeroporto de *Heathrow* pelos incômodos ocasionados aos moradores. A Corte Europeia de Direitos Humanos decidiu contrariamente ao pedido dos autores da ação. Entendeu que o aeroporto é fundamental ao desenvolvimento econômico do Reino Unido, mas que, no entanto, é necessária a

³¹ MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno; LIXINSKI, Lucas. Desenvolvimento e consumo – bases para uma análise da proteção do consumidor como direito humano. In: (org.) PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 220.

³² “Art. 8º da Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (Convenção Europeia de Direitos Humanos). 1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência. 2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar econômico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infrações penais, a proteção da saúde ou da moral, ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros.”

³³ Corte Europeia de Direitos Humanos, *Case of Hatton and others vs. The United Kingdom*, jul. 2003 (Grand Chamber) § 43 apud KOURY, Ana Beatriz; SOUSA, Daniel Leão. O direito ambiental sob a perspectiva da proteção internacional à pessoa humana. **RDE da Universidade de Brasília**, n. 8, Brasília, 2009, p. 306-345.

harmonização do progresso do país com o bem-estar da população por meio de medidas restritivas e fiscalizatórias ao aeroporto sem se inviabilizar seu funcionamento.

Deste modo devem ser harmonizados com coerência os objetivos constitucionais e os interesses individuais.

Há que se diferenciar, ainda, os contratos existenciais, celebrados entre partes não empresárias e os contratos de lucros, celebrados entre empresários, ou tendo uma das partes empresária.³⁴

O direito ao desenvolvimento, consagrado pela Constituição Federal como um dos objetivos da República (artigo 3º, II) impõe às partes contratantes a responsabilidade pelo crescimento econômico e sustentável, pela justiça social e ambiental e pela busca de uma vida adequada em ambiente de qualidade.

Ambas as partes possuem obrigações fundamentais: i. buscar o equilíbrio econômico e a função social do contrato; ii. mitigar eventuais prejuízos, congêntos e supervenientes; iii. colaborar entre si e informar riscos e danos potenciais.

Abre-se, então, a necessidade de que o direito ao desenvolvimento, orientador do progresso econômico, cultural e social seja utilizado como parâmetro para análise e integração das relações negociais, considerando especialmente que o direito ao desenvolvimento assegura simultaneamente liberdade, igualdade e democracia.³⁵

Além disso, será realizado um paralelo entre o movimento observado no direito civil de constitucionalização das relações privadas e obrigacionais e o movimento de contratualização do direito administrativo, que prevê que as relações entre administradores e administrados deverá privilegiar o consenso e a harmonização da diversidade de interesses sociais.

Por outro lado, a doutrina já admite que o direito privado não goza da completude pretendida no passado. Deve, portanto, amparar-se e receber influências do direito público, em especial, dos valores constitucionais. Os regimes de direito público e privado não mais existem de forma independente, na medida em que se estabeleceu uma integração e interdependência cada vez maior entre eles.

³⁴ MORSELLO, Marco Fábio. Contratos existenciais e de lucro. Análise sob a ótica dos princípios contratuais contemporâneos. In: (coord.) LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues. **Temas relevantes do direito civil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 292-307.

³⁵ SEN, Amartya. **Identity and violence** – the illusion of destiny. New York: Norton, 2006.

Em 30 de abril de 2019 foi editada a Medida Provisória 881, firmando uma Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Seu artigo 7º alterou o artigo 421³⁶ do Código Civil, que passaria a ter a seguinte redação:

A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato, observado o disposto na Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerá o princípio da intervenção mínima do Estado, por qualquer dos seus poderes, e a revisão contratual determinada de forma externa às partes será excepcional.

Até o término do presente trabalho, a Medida Provisória não havia sido convertida em lei. E, como se sabe, a alteração do Código Civil somente pode ocorrer por lei.

No entanto, ao se interpretar uma relação contratual sob a ótica dos direitos fundamentais não se está ameaçando a autonomia privada, nem o direito privado e tampouco a liberdade econômica.

Deste modo, não é necessária qualquer alteração no artigo 421 do Código Civil para “proteger as liberdades contratuais”, como pretendeu o Executivo com a referida Medida Provisória.

O que mudou no direito privado foi o conceito de autonomia privada, consequência de uma longa jornada de amadurecimento do pensamento, tanto na esfera doutrinária quanto jurisprudencial, com influências advindas de diversos países, especialmente da Alemanha.

Então, a funcionalização do direito privado e do direito administrativo são movimentos de aproximação das esferas públicas e privadas, iluminados pelos direitos fundamentais atualmente bastante consolidados e que certamente não poderão ser modificados por meio de Medida Provisória.

Assim, o estudo ora apresentado pretende aprofundar os critérios e os parâmetros para a interpretação das relações obrigacionais tendo como norte o ideal de desenvolvimento, sob a ótica de que este é um instrumental para assegurar a hermenêutica dos negócios jurídicos.

O trabalho, assim, partindo do ideal de desenvolvimento estabelecido pela Constituição Federal e da concepção de constitucionalização do direito privado e, inspirado pelo conceito trazido pelo artigo 219 da Constituição Federal de 1988, buscará demonstrar

³⁶ O texto atualmente vigente do artigo 421, do Código Civil é o seguinte: “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”.

a aplicabilidade do direito ao desenvolvimento na constituição, validade e interpretação dos negócios jurídicos.

Tudo a partir de parâmetros e diretrizes a serem traçados para a construção de um modelo de interpretação que deverá guiar o aplicador do direito através da integração das cláusulas gerais, da boa-fé objetiva e do princípio da função social do contrato.

7 CONCLUSÃO

Conforme se evidenciou ao longo desta tese, o direito ao desenvolvimento apresenta-se como um direito fundamental, que decorre especialmente do princípio da solidariedade.

Trata-se da busca por um ideal de “vida boa”, que considere os seguintes elementos: desenvolvimento econômico e sustentável (promoção de crescimento econômico e progresso), desenvolvimento social (busca do direito ao bem-estar social e do direito à felicidade) e desenvolvimento político (atendimento aos critérios de incremento institucional e participação democrática).

Além disso, são fundamentos do desenvolvimento: a lei, que assegura, ao mesmo tempo, a integração de todos os aspectos da sociedade e até a melhoria da economia, sendo necessária a análise das relações entre direito e sociedade; e a qualidade institucional, na medida em que instituições sólidas e uma governança séria e comprometida com resultados asseguram a efetividade das políticas públicas, o estabelecimento de um direito administrativo que atenda a todos os atores sociais por meio de acordos e a integridade institucional.

Mais ainda, conforme ensina Amartya Sen³⁰⁹, a finalidade do desenvolvimento é trazer liberdade. Para Sen, o desenvolvimento não tem como finalidade o crescimento econômico, por si só, mas sim assegurar ao indivíduo o direito de viver de acordo com os valores que escolher, expandindo suas oportunidades.

O direito ao desenvolvimento está previsto constitucionalmente no artigo 3º, inciso II e figura como objetivo da República. Está também previsto no preâmbulo da Constituição, como valor fundante do nosso Estado Democrático de Direito.

Parece, entretanto, ousado alcançar o desenvolvimento tal como definido atualmente, ou seja, como uma meta de crescimento e progresso econômico que, ao mesmo tempo, assegure um padrão de equidade, sustentabilidade e diálogo entre mercado e sociedade.

³⁰⁹ SEN, Amartya. **Identity and violence** – the illusion of destiny. New York: Norton, 2006.

Para a finalidade aqui proposta, buscou-se um ideal de desenvolvimento associado à solidariedade, ou seja, trata-se de uma perspectiva em que o Estado e a coletividade atuam com vistas a assegurar aos indivíduos uma vida digna associada ao bem-estar social.

Então, visa-se ao bem-estar na sociedade contemporânea, tendo como centro o ser humano.

No que tange às relações entre direito e desenvolvimento, percebeu-se que o direito seria um importante elemento na promoção do desenvolvimento, devendo assegurar o cumprimento da lei, impor a equidade, estabelecer uma justiça eficiente e imparcial e proteger os direitos fundamentais.

Sob essa perspectiva, cabe ao Estado a missão de implementar as políticas públicas que assegurem o direito ao desenvolvimento.

Na relação entre direito e desenvolvimento, ademais, há que se considerar que o direito propõe a conciliação entre interesses individuais e coletivos e, sob essa ótica, assume a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico, buscando expandir programas e metas de natureza jurídica.

Como visto, o presente trabalho filia-se ao pensamento de que o estado desenvolvimentista é essencial ao desenvolvimento com características que envolvam crescimento econômico, inserção global com equidade, distribuição de riquezas e participação democrática.

Fato é que o direito moderno é um instrumento para se alcançar determinadas metas racionalmente estabelecidas, pois traduz em normas claras e exequíveis as diretrizes de desenvolvimento conscientemente elaboradas, estimulando a sociedade a desempenhar determinadas atividades econômicas. E, sob esta ótica, os contratos e institutos do direito privado também são vistos como instrumentos do desenvolvimento.

Ademais, o direito encontra-se necessariamente comprometido com os valores constitucionais de equidade, participação social, e garantia dos direitos fundamentais.

Mas, percebeu-se posteriormente, que o direito, por si só, não é capaz de gerar desenvolvimento, dada a complexidade do cenário econômico e as especificidades de cada realidade. O Estado, através de seu arrouço jurídico e institucional, deverá estabelecer programas e metas para o futuro, fortalecer políticas públicas voltadas ao

desenvolvimento e criar uma abordagem multidisciplinar, que inclua acordos com diversos grupos de interesse presentes na coletividade.

O desenvolvimento, sob outra ótica, está associado à promoção de bem-estar, a fim de assegurar qualidade de vida. É certo, ademais, que o bem-estar deve ser aferido por critérios ligados a elementos subjetivos, como experiências e emoções vivenciadas e sentimentos ligados à felicidade e a elementos objetivos, que estão associados a saúde, educação, moradia e participação no processo democrático.

Além disso, o desenvolvimento há que ser sustentável, ou seja, as ações políticas e econômicas devem estar comprometidas com as gerações futuras, ainda que baseadas em padrões econômicos referentes ao tempo presente, prevalecendo, sob essa ótica, o princípio da precaução, que tem como finalidade gerir riscos ou impactos desconhecidos, sempre de forma garantista. No mais, devem ser harmonizadas as normas nacionais e internacionais.

O direito ao desenvolvimento, nesta medida, impõe uma governança séria e comprometida, o que significa que o Estado deve estar instrumentalizado para assegurar que os atores possam interagir para desenhar, implementar e acompanhar políticas públicas visando dar maior efetividade da ação pública, mediante regras acordo e cooperação, a fim de superar o conflito entre Estado, mercado e sociedade.

A administração pública deve possuir competências e responsabilidades acessíveis ao conhecimento e controle dos administrados, assegurando a efetividade da ação governamental.

E, no mais, a visão exclusivamente técnica e procedimental da burocracia é substituída por um conceito de *accountability* de desempenho, com reforço às regras de desempenho, resultados e transparência, impondo que as decisões sejam passíveis de fiscalização e controle.

Nesse sentido, importa o reforço do compromisso entre Estado, mercado e sociedade, que deverão agir de forma concertada, buscando equilibrar o poder. Eis que a eficiência administrativa advém de relações estáveis caracterizadas pela confiança e pela participação social.

A governança ocorre em diferentes níveis: organismos internacionais, estados nacionais, instituições, agências governamentais locais, comunidades ou associações empresariais, que criam uma complexa rede de atores e interesses.

Outro aspecto importante da governança é a chamada “integridade”, que visa a blindar a administração pública contra a corrupção, acoplando noções éticas à agenda da administração pública. Tudo com vistas à promoção da credibilidade do Poder Público.

Deste modo, como instrumento na promoção do desenvolvimento, nasceu um novo direito administrativo, que, ao invés de estabelecer uma administração imperativa, trouxe a noção de “administração concertada”, que atua em conjunto com a sociedade, estabelecendo, acordos e conciliando interesses.

Atualmente, o direito administrativo deve adaptar-se a uma realidade em constante transformação, efetivando um vínculo equilibrado com os administrados e visando atender os interesses dos diversos atores sociais. E, como consequência, o direito administrativo passou a absorver e realizar os valores constitucionais, em especial os direitos fundamentais, com um maior balanceamento entre a autoridade pública e os interesses sociais, dentro de um modelo de administração voltado ao acordo, à colaboração e à coordenação de interesses.

Diante disso, o direito administrativo, nesta nova ótica, é um importante instrumento na realização do direito ao desenvolvimento.

O direito ao desenvolvimento, por seu turno, transcende as barreiras nacionais e, passa a ter um forte viés internacional, daí a necessidade de se pensar o desenvolvimento também sob a ótica da globalização. Lembrando que a globalização traz a universalização de valores e padrões culturais.

Como exemplo concreto do ideal de direito administrativo aberto à colaboração e atento aos interesses sociais e especialmente voltado à promoção de desenvolvimento, foi trazido o direito comunitário, que, como visto, por um lado, não tem necessariamente competência para interferir diretamente no direito estatal e, por outro, estabelece normas nascidas da negociação e do diálogo. que são adotadas pelos países membros.

O direito comunitário, sob outra ótica, estabelece um sistema descentralizado que impõe mobilidade, adaptabilidade e capacidade de se ajustar às demandas sociais e políticas. Com isso, são reduzidas as barreiras existente entre as instâncias da administração e a sociedade.

O direito comunitário desenvolveu também um Código Europeu de Boa Conduta Administrativa, o qual preconiza que a boa administração deve assegurar aos administrados os direitos de igualdade, objetividade, equidade, imparcialidade, independência e proporcionalidade.

A importância da Comunidade Europeia decorre de sua configuração institucional, que exige a aplicação dos princípios da boa-fé, solidariedade e cooperação entre os Estados membros.

E um importante compromisso da Comunidade Europeia é com a promoção de progresso econômico e social, a elevação do nível de emprego e a realização de um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Tudo por meio de coesão econômica, social e monetária. Além disso, a União Europeia tem como missão buscar o incremento da liberdade, da busca por igualdade e do respeito às diferenças.

Cabe salientar, ainda, que a concepção de desenvolvimento até aqui apresentada irá impactar tanto o direito administrativo, quanto o direito obrigacional. Ao mesmo tempo em que o direito administrativo tem sofrido uma série de mutações, com a introdução de legislação referente à contratação, à organização administrativa e à mediação de interesses privados de cunho social, o direito obrigacional desenvolveu o conceito de autonomia privada, com um modelo que se afasta de noções subjetivas, tornando-se funcionalizado e objetivado. Ambos passam a absorver os direitos fundamentais.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico volta-se a encontrar uma coincidência das razões de mercado com as razões do interesse público e da justiça social. E o direito passa a realizar a redistribuição e o reequilíbrio das forças de mercado.

A diretriz constitucional de desenvolvimento identificada e analisada neste estudo busca o progresso, crescimento associados a bem-estar, equidade e respeito às diferenças. Assim, é fundamental que a iniciativa econômica se desenvolva a partir de tais orientações, coordenando-se as atividades econômicas, com os fins sociais constitucionalmente previstos.

O Estado, de acordo com texto constitucional, tem a função de intervir na atividade econômica a fim de cumprir os valores do Estado Democrático de Direito e construir uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I).

Com relação ao direito obrigacional, durante muito tempo houve um apego ao sistema fechado introduzido pelo Código Civil francês. Ao intérprete, incumbia apenas a missão de respeitar rigorosamente os preceitos do Código, não havendo espaço para a

revisão ou interpretação dos negócios jurídicos. O Direito Civil não se relacionava com outras áreas do direito, não se vislumbrando uma visão conjuntural. Nesse período, o Direito Civil não considerava o ordenamento jurídico como um sistema único.

A descodificação do direito civil passou a ser construída a partir de uma lógica de incorporação dos valores do Estado Democrático de Direito, com vistas a conciliar as normas constitucionais aos ditames do direito obrigacional, especialmente os ligados à liberdade contratual e ao respeito ao *pacta sunt servanda*.

Desse modo, as relações entre direito público e direito privado os tornam interdependentes, em um movimento conhecido como constitucionalização do direito privado. As normas constitucionais passam a servir como norte para a interpretação e integração do direito obrigacional, funcionalizando e objetivando o negócio jurídico.

Há um redimensionamento da vontade do indivíduo, que se torna vinculada a um regulamento contratual. Tudo em vista do equilíbrio e da justiça contratual.

Neste sentido, os princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato são aplicados essencialmente por meio da integração de lacunas, tornando o intérprete responsável por assegurar que, ao terem eficácia concreta, os negócios jurídicos atendam aos ideais sociais.

Como se viu, os princípios da boa-fé e da função social do contrato impõem um padrão de comportamento considerado probo, reto e leal e asseguram a justa confiança dos contratantes e a aplicação de valores éticos e sociais relevantes. Além disso, atuam no controle de cláusulas abusivas, ponderando autonomia privada e solidarismo social.

A aproximação do direito público com o direito privado, representado pelo movimento de constitucionalização do direito civil, concretizou o conceito de base objetiva do negócio jurídico, impondo que o negócio jurídico, muito embora nascido e estabelecido sobre um ato de vontade das partes, deva estar objetivamente vinculado ao programa contratual e à distribuição dos riscos contratuais. A funcionalização do contrato daí decorrente redimensiona sensivelmente o papel da vontade na definição do contrato.

E, nesta medida, os direitos fundamentais também passam a servir como critério interpretativo aos negócios jurídicos, especialmente tendo em vista que as cláusulas constitucionais são normas de conteúdo principiológico. E, os negócios jurídicos passam a ser essencialmente dirigidos pelos princípios da boa-fé objetiva, da função social do contrato e do equilíbrio econômico.

Fato é que, diante desses novos princípios, a relação obrigacional não se exaure com o seu cumprimento. São apresentados deveres anexos associados à confiança

e à justa expectativa (como o dever de segurança, de assistência, de transparência, de informação, de cuidado, dentre outros). A função econômico-social do contrato torna-se também fundamental e às partes incumbe o dever de mitigar eventual prejuízo e de colaborar.

Assim, os direitos fundamentais devem influenciar tanto o direito administrativo quanto o direito privado. E o direito ao desenvolvimento será um vetor para a interpretação das relações negociais e das relações com o Estado.

O que aproxima o direito público e o direito privado sob a ótica do desenvolvimento são os princípios da solidariedade e da boa-fé. Ambos trazem os fundamentos da publicização das relações privadas.

O princípio da solidariedade, por um lado, consolida a coexistência humana e regulamenta a convivência em sociedade, estabelecendo que os interesses pessoais não se sobreponham às necessidades sociais. Este valor aplica-se a todas as instâncias direciona a interpretação das normas com vistas a reconhecer a função social no exercício dos direitos.

O princípio da boa-fé, por outro lado, constitui o fundamento da justiça e impõe a fidelidade e a confiança nas convenções e relações de natureza privada. Os acordos e relações convencionais passam a impor padrão de lealdade que deve anteceder à negociação, elaboração e execução de todos os atos jurídicos. Trata-se de importante fundamento da economia, das relações jurídicas e da relação entre Estados.

E, na promoção do direito ao desenvolvimento por meio da integração dos negócios jurídicos devem ser considerados os seguintes parâmetros: (i) devem ser buscadas a finalidade e o interesse social que o contrato buscou satisfazer, ou o seu regulamento contratual; (ii) devem ser verificadas as condições das partes, para se aferir o tipo de relação negocial: existencial ou de lucro, sendo que os contratos de lucro impõe a preservação do *pacta sunt servanda*, havendo uma menor incidência de preceitos constitucionais; (iii) o direito ao desenvolvimento possui eficácia imediata.

Com isso, o negócio jurídico contrato, enquanto relação complexa, funcional e objetiva, deve ser influenciado pelos aspectos sociais e passa a servir como importante instrumento na promoção do desenvolvimento.

Como decorrência dos princípios da solidariedade e boa-fé objetiva, o negócio jurídico será um importante instrumento na construção do direito ao desenvolvimento, associando a liberdade contratual e a finalidade econômico-social do contrato aos valores sociais ligados ao crescimento econômico, ao bem-estar e à equidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JR, Ruy Rosado de . Contratos existenciais e de lucro. *In: Revista Trimestral de Direito Civil*, v. 45, São Paulo, 2011.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo discursivo**. 2. ed. Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

ALEXY, Robert. A institucionalização da razão. *In: ALEXY, Robert. Constitucionalismo discursivo*. Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

ALEXY, Robert. Direito fundamentais, ponderação e racionalidade. *In: Revista de Direito Privado* v. 6, n. 24. São Paulo: RT, 2005.

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001.

ALEXY, Robert. **Teoría de la argumentación jurídica**. La teoría del discurso racional como teoría de la fundamentación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

ALPA, Guido. **I Principi generali**. Col. Trattato di diritto privato, a cura di Paolo Zatti e Giovanni Iudica. Milano: Giuffré, 1993.

ALPA, Guido. **II diritto dei consumatori**. Roma-Bari: Laterza, 1999.

ALPA, Guido; BESSONE, Mario; ROPPO, Enzo. **Rischio contrattuale e autonomia privata**. Napoli: Jovene, 1982.

ALPA, Guido *et al.* **Obbligazioni contrattuali ed extracontrattuali**. Torino: G. Giappichelli, 2001.

ALPA, Guido; PULITINI, Francesco; RODOTÀ, Stefano; ROMANI, Francesco. **Interpretazione giuridica e analisi economica**. Milano: Giuffré, 1982.

ALTERINI, Atilio Aníbal. **Contratos civiles**. Comerciales de consumo. Teoría general. 2. ed. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2009.

ALTERINI, Atilio Aníbal; DE LOS MOZOS, José Luis; SOTO, Carlos Alberto. **Contratación contemporânea**. Teoría general y principios. Bogotá: Temis, 2000; Lima: Palestra, 2000.

ALTERINI, Atilio Aníbal; DE LOS MOZOS, José Luis; SOTO, Carlos Alberto. **Contratación contemporânea**. v. 2. Contratos modernos. Derecho del consumidor. Bogotá: Temis, 2001; Lima: Palestra, 2001.

ALVES, Giselle Borges. Cláusulas gerais, vinculatividade jurisprudencial e uniformização de decisões: amarras decisórias? *In: Revista Síntese*. Direito Civil e Processual Civil v. 12, n. 89, 2014.

ALVIM, Agostinho. Da equidade. *In: Revista dos Tribunais*, v. 30. São Paulo: RT, 1941.

ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. São Paulo: Saraiva, 1980.

ANDREWS, Neil. **Contract law**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

ATIYAH, Patrick. **The rise and fall of freedom in contract**. Oxford: Clarendon Press, 1979.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. A boa-fé na formação dos contratos. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 3. p. 78-87, set.-dez., 1992.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caraterização da dignidade da pessoa humana. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 9, 2002.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Da boa-fé à formação dos contratos. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 3, 1992.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Insuficiências, deficiências e desatualização do Projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos. **Revista dos Tribunais**, v. 775, São Paulo: RT, maio 2000.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico** – existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O direito pós-moderno e a codificação. **Revista de Direito do Consumidor**. v. 9. n. 33, São Paulo: RT, 2000.

BARROSO, Luís Roberto (org.). **A nova interpretação constitucional**: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. São Paulo: Renovar, 2003.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. **Revista da EMERJ**, v. 6, n. 23, Rio de Janeiro, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. A constitucionalização do direito e o direito civil. *In*: TEPEDINO, Gustavo (coord.). **Direito civil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2008.

BEATSON, Jack; FRIEDMANN, Daniel. **Good faith and fault in contract law**. Oxford: Clarendon and Oxford University Press, 2002.

BÉNABOU, Valérie-Laure; CHAGNY, Muriel (coord.) **La confiance en droit privé des contrats**. Paris: Dalloz, 2008.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição e estado de exceção permanente**: atualidade de Weimar. Rio de Janeiro: Azougue, 2004.

BESSONE, Darcy. **Do contrato** – teoria geral. São Paulo: Saraiva, 1997.

BEVIR, Mark. Governança democrática: uma genealogia. **Revista de Sociologia Política**, v. 19, n. 39, Curitiba, jun. 2010.

BETTI, Emilio. **Teoria generale delle obbligazioni**. Milano: Giuffré, 1953.

BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.

BITTAR, Carlos Alberto; BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **Direito civil constitucional**. 3. ed. São Paulo: RT, 2003.

BIANCA, Massimo. **Diritto civile**: il contratto. Milano: Giuffré, 1987.

BOITEUX, Elza Antonia Pereira Cunha. O princípio da solidariedade e os direitos humanos de natureza ambiental. *In*: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. 2. ed. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. Tradução de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: UNB, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. São Paulo: Paz e Terra Política, 1986.

BOLETIM de Responsabilidade do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, Ano 5, n. 51, 2010, Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA201006.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BORGHI, Paolo. Responsabilità extracontrattuale per danno del prodotto. *In: (org.) PREITE, F.; PUGLIESE DI COTRONE, A. Gazzanti. Trattato di diritto internazionale privato e comunitário*. Torino, 2011.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. 8. ed. Brasília: OAB, 2006.

BRASIL. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

BRASIL JUNIOR, Samuel Meira; CUNHA, Gabriel Sardenberg. Violação positiva do contrato, obrigação como processo e paradigma do inadimplemento. *In: Civilistica.com*, n. 2, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Revista de Economia Política** n. 36, São Paulo, 2016.

BRITTO, Carlos Ayres. **O humanismo como categoria constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BROX, Hans; WALKER, Wolf-Dietrich. **Allgemeines Shuldrecht**. 30. ed. Munchen: C.H. Beck Verlag, 2004.

BURDEAU, Georges. **Droit constitutionnel et institutions politiques**. 7. ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1965.

BURTON, Steven J. **Principles of contract law**. American Casebook. USA: St. Paul Minn, 1995.

BYDLINSKI, Franz. Diritto, metodo e giurisprudenza. *In: Estratto Rivista Vita Notarile – Esperienze Giuridiche*, n.1. Palermo: Giuridiche Buttitta, 1994.

CACHAPUZ, Maria Claudia Mércio. O papel das cláusulas gerais para concretização dos direitos fundamentais. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos>. Acesso em: 31 mar. 2016.

CALAMANDREI, Pietro. La certezza del diritto e le responsabilità della dottrina. **Opere Giuridiche**. v. 1. Napoli: Morano, 1965.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Direitos fundamentais e direito privado**. Coimbra: Almedina, 2006.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Fundamentos da Constituição**. Coimbra: Coimbra, 1991.

CAPPELLETTI, Mauro. Tutela dos direitos difusos. **Revista do Ministério Público**, v. 1, Porto Alegre, 1985.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso; BERCOVICI, Gilberto. **República, democracia e desenvolvimento**: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_republicademocracia.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

CARRILO SALCEDO, Juan Antonio. El derecho al desarrollo como derecho humano. **Revista Espanola de Derecho Internacional**, v. 25, Santiago de Compostela, 1972.

CARRIO, Genaro R. **Principios juridicos y positivismo jurídico**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1970.

CASTRO, Torquato. **Teoria da Situação Jurídica em Direito Privado Nacional**, São Paulo, Saraiva, 1985.

CARVALHO, Beatriz Veiga. **O dever de mitigar danos na responsabilidade contratual**. Dissertação. Direito Civil. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

CASSESE, Sabino. Administrative law without the state? The challenge of a global regulation. *In: Internacional Law and Politics*, v. 37, New York, 2004-2005.

CASSESE, Sabino. The globalization of law. *In: International Law and Politics*, v. 37, New York, 2004-2005.

CASSESE, Sabino. New paths for administrative law: a manifesto. *In: J Constitut*, L. 603, New York, 2012.

CASSESE, Sabino. Global standards for national administrative procedure. *In: 68 Law & Contemp*. Probs. 109, New York, 2004-2005.

CASSESE, Sabino. European administrative proceedings. *In: 68 Law & Contemp*. Probs. 21 New York, 2004-2005.

CASTRO, Torquato. **Teoria da situação jurídica em direito privado nacional**. São Paulo: Saraiva, 1985.

CHANGNY, Muriel; BÉNABOU, Valérie-Laure. (coord.) **La confiance em droit privé des contrats**. Paris: Dalloz, 2008.

CLERICO, Giuseppe. **Analisi economica del contratto**. Milano: Giuffré, 2008.

CÓDIGO EUROPEU de boa conduta administrativa. Disponível em: <https://hip.lisboa.ucp.pt/edocs/cde/20061671.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COMUNICAÇÃO 335, UE (2014). Disponível em: eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:110202_1&from=PT. Acesso em: 3 maio 2019.

CONCI, Luiz Guilherme Arcaro. Colisões de direitos fundamentais nas relações jurídicas travadas entre particulares e a regra da proporcionalidade: potencialidades e limites da sua utilização a partir da análise de dois casos. *In: (org.) ROCHA, Maria Elizabeth T.R.; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. Lições de direito constitucional em homenagem ao Professor Jorge Miranda*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, desenvolvimento e desigualdade**: a dimensão jurídica de políticas sociais. Tese de livre docência. Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2009.

CUNHA DE SÁ, Fernando Augusto. **Abuso de direito**. 2 reimp. da edição de 1973. Coimbra: Almedina, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DE LOS MOZOS, José Luis; SOTO, Carlos Alberto; ALTERINI, Atilio Aníbal. **Contratación contemporânea**. Teoria general y principios. Bogotá: Temis, 2000; Lima: Palestra, 2000.

DE LOS MOZOS, José Luis; SOTO, Carlos Alberto; ALTERINI, Atilio Aníbal. **Contratación contemporânea**. v. 2. Contratos modernos. Derecho del consumidor. Bogotá: Temis, 2001; Lima: Palestra, 2001.

DE VELASCO, José Ignacio Cano Martínez. **La decadência del contrato**. El derecho robot. Barcelona: Bosch, 2011.

DÍEZ-PICAZO, Luis Maria. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Introducción. Teoría del contrato. 6. ed. Pamplona: Civitas, 2007.

DÍEZ-PICAZO, Luis Maria. **Sistemas de derechos fundamentales**. Madrid: Civitas, 2003.

DINIZ, Eli. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 47, Curitiba, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DUCLOS, José. **L'opposabilité**: essai d' une théorie générale. Paris: L.G.D.J, 1984.

ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Tradução de J. Baptista Machado. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

ESSER, Josef; SCHMIDT, Eike. **Schuldrecht**. Band I, Allgemeiner Teil. 5.ed. Munchen: C.F. Muller, 1975.

ESTRADA, Alexey Julio. **La eficacia de los derechos fundamentales entre particulares**. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2000.

EVANS, Peter. Harnessing the state: rebalancing strategies for monitoring and motivation. *In*: LANGE, Matthew et al (ed.). **States and development: historical antecedents of stagnation and advance**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

FARIA, José Eduardo. **O estado e o direito depois da crise**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FACHIN, Luiz Edson (coord.). **Repensando fundamentos do direito civil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

FACHIN, Melina Girardi. Direito fundamental ao desenvolvimento – uma possível resignificação entre a Constituição brasileira e o direito ao desenvolvimento. *In*: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (org.). **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FARIAS, José Fernando de Castro. **A origem do direito de solidariedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer; FRANCO, Fernanda Cristina Oliveira; PETERKE, Sven; VENTURA, Alencar Mayer Feitosa. **Direitos humanos de solidariedade**. Curitiba: Appris, 2013.

FEITOSA, Maria Luísa Pereira de Alencar Mayer. **Paradigmas inconclusos: os contratos entre a autonomia privada a regulação estadual e a globalização dos mercados**. Coimbra: Coimbra, 2007.

FIORAVANTI, Maurizio. **Los derechos fundamentales**; apuntes de historia de las constituciones. Madrid: Trotta, 2003.

FERNANDES, Ciro Campos Christo; SILVA, Mauro Santos; CUNHA, Bruno Queiroz; ALVES, Pedro Assumpção. **Arranjos institucionais e a burocracia de infraestrutura: notas para uma história sobre a construção das capacidades estatais no Brasil**. Texto para discussão n. 2293. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2293.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. A intervenção do Estado no domínio econômico e a Constituição de 1988. **Revista do Tribunal Regional Federal**. 4ª Região, ano 24, n. 82, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel. **Curso de direito constitucional**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERRI, Luigi. **La autonomia privada**. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1969.

FLÓREZ-VALDES, Joaquin Arce. **Los principios generales del derecho y su formulación constitucional**. Madrid: Civitas, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. Tradução de Eduardo Brandão e revisão de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRADA, Manuel A. Carneiro da. **Teoria da confiança e responsabilidade civil**. Coimbra: Almedina, 2004.

FRADERA, Vera Maria Jacob de (org.). **O direito privado na visão de Clóvis do Couto e Silva**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

FRIEDMANN, Daniel; BEATSON, Jack. **Good faith and faith in contract law**. Oxford: Clarendon and Oxford University Press, 2002.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: Avon Books, 1992.

GALIANO, José. **Derechos humanos**. Santiago: Arcis Universidad – LOM Ediciones, 1996.

GALTUNG, Johan. **Direitos humanos: uma nova perspectiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GAURI, Varun. The judicialization of development policy. In: HELLER, P.; RAO, V. (eds). **Deliberation and development: rethinking the role of voice and collective action in unequal societies**. Washington, DC: World Bank Group, 2015.

GARCIA, Enéas Costa. **Responsabilidade pré e pós-contratual à luz da boa-fé**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

GENY, François. **Metodo de interpretacion y fuentes en derecho privado positivo**. Madrid: Reus, 1925.

GHESTIN, Jacques. **Traité de droit civil: les obligations; le contrat: formation**. 2. ed. Paris: LGDJ, 1988.

GIDDENS, Anthony. **Runaway world how globalisation is reshaping our lives**. London: Books, 2002.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Dos fatos jurídicos e negócios jurídicos. *In:* (coord.) LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. **Teoria geral do direito civil**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GOMES, Orlando; VARELA, Antunes. **Direito econômico**. São Paulo: Saraiva, 1977.

GRAF von WESTPHALEN, Friedrich; THUSING, Gregor. **Vertragsrecht und AGB-Klauselweke**. Munchen: C.H.Beck Verlag, 2014.

GRAU, Eros Roberto; FORGIONI, Paula. **O Estado, a empresa e o contrato**. São Paulo: Malheiros, 2005.

GROTTI, Dinorá Adelaide Museti. Teoria dos serviços públicos e sua transformação. *In:* SUNDFELD, Carlos Ari. **Direito administrativo e econômico**. São Paulo: Malheiros, 2006.

GROTTI, Dinorá Adelaide Museti. **O serviço público e a Constituição brasileira de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2003.

GUIA DE INTEGRIDADE PÚBLICA. Orientações para a administração pública federal: direta, autárquica e fundacional. Brasília: Controladoria Geral da União, 2015.

GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. **Contribuições teóricas para o direito e desenvolvimento**. Texto para discussão n. 1824. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2013.

GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezzini. **Vícios do produto e do serviço por qualidade, quantidade e insegurança**: cumprimento imperfeito do contrato. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

GONÇALVES, Carlos Alberto. **Contratos e atos unilaterais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

HACHEN, Daniel Wunden. Administração pública inclusiva, igualdade e desenvolvimento: o direito administrativo brasileiro rumo à atuação estatal para além do mínimo existencial. *In:* (org.) MARRARA, Thiago. **Direito administrativo: transformações e tendências**. Coimbra: Almedina, 2014.

HECK, Luís Afonso. Direitos fundamentais e sua influência no direito civil. **Revista de Direito do Consumidor**, n. 29, jan.-mar. 1999.

HESSE, Konrad. **Derecho constitucional y derecho privado**. Madrid: Civitas, 1995.

HESSE, Konrad. **Grundzuge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland** 16. ed. Heidelberg: C.F. Muller Verlag, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMAN Development Report (1999). Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/260/hdr_1999ennostats.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

HUMAN Development Report (2000). Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/261/hdr2000en.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

HURD, Ian. **Three models of the international rule of law**. Eidos n. 23, 2015.

IRELAND, Thomas R. The interface between law and economics and forensic economics, 7 **J. Legal Econ.** n. 60, 1997. Disponível em HeinOnline. Acesso em: 11 abr. 2019.

IRTI, Natalino. **L'Eta dela decodificazione**. Milão: Giuffrè, 1979.

JAMIN, Christophe; MAZEAUD, Denis. **La nouvelle crise du contrat**. Paris: Dalloz, 2003.

JARAMILLO J., Carlos Inacio. **Los deberes de evitar y mitigar el daño**. Funciones de la responsabilidad civil em el siglo XXI y transcendencia de la prevención. Pontificia Universidad Javeriana – Facultad Juridicas. Bogotá: Temis, 2013.

JÈZE, Gaston. **Principios generales del derecho administrativo**. Traduzido para o espanhol por Julio N. San Millán Almagro. Buenos Aires: Depalma, 1949.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Coimbra: Armenio Amado, 1976.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *Welfare State* e desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, Rio de Janeiro, 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. The brazilian social developmental state: a progressive agenda in a (still) conservative political society. In: WILLIAMS, Michelle (ed.). **The end of the developmental state?** New York: Routledge, 2014.

KOBRIN, Stephen J. Economic governance in na elletronically networked global economy. In: **The emergence of private authority in global governace**. Hall, Hodney Bruce e Thomas J. Biersteker. Cambridge: Cambrigde University Press, 2002.

KOURY, Ana Beatriz; SOUSA, Daniel Leão. O direito ambiental sob a perspectiva da proteção internacional à pessoa humana. **RDE da Universidade de Brasília**, n. 8, Brasília, 2009.

KUTTNER, Robert L. Developement, globalization and law. In: **26 Mich. J. Int'l L.** 19, Boston, 2004-2005.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos** – um diálogo com o pensamento de Hannah Arent. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LARENZ, Karl. **Allgemeiner Teil des Deutschen Burgerlichen Rechts**. 7. ed. Munchen: Ch. Beck Verlag, 1989.

LARENZ, Karl. **Base del negocio juridico y cumplimiento de los contratos**. Tradução de Carlos Fernandez Rodríguez. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1956.

LARENZ, Karl. **Derecho civil** – parte general. Tradução espanhola de Miquel Izquierdo y Macías-Picavea. Madrid: Edersa, 1978.

LARENZ, Karl. **Direito justo**: fundamentos de ética jurídica. Tradução de Luís Díez-Picazo. Madrid: Civitas, 1985.

LARENZ, Karl. **Lehrbuch des Schuldrechts**. Erster Band, Allgemeiner Teil. 14. ed. Munchen: Ch. Beck Verlag, 1987.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Lisboa: Caloute Gulbenkian, 1983.
 LARROUMET, Christian. A noção de risco de desenvolvimento: risco do século XXI. *In*: (coord.) DINIZ, Maria Helena; LISBOA, Roberto Senise. **O direito civil no século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade civil nas relações de consumo**. 2. ed. São Paulo: RT, 2006.

LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013IP0004&from=PL>. Acesso em: 04 jun. 2019.

LEAL, Saul Tourino. **Direito à felicidade, história, teoria, positivação e jurisdição**. 365 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2013.

LEE, Yong-Shik. Call for a new analytical model for law and development. **Law and Development Review**, 8(1), 2015.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Globalização, regionalização e soberania**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

LÔBO, Paulo. A constitucionalização do direito civil brasileiro. *In*: (coord.) TEPEDINO, Gustavo. **Direito civil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2008.

LÔBO, Paulo. Contrato e mudança social. **Revista dos Tribunais**, v. 722, São Paulo, dez. 1995.

LÔBO, Paulo. Inconstitucionalidades da MP da “liberdade econômica” e o direito civil. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-06/paulo-lobo-inconstitucionalidades-mp881-direito-civil>. Acesso em: 11 jun. 2019.

LOTUFO, Renan. A codificação: o Código Civil de 2002. *In*: (coord.) LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. **Teoria geral do direito civil**. São Paulo: Atlas, 2008.

LOTUFO, Renan (org.). **Direito civil constitucional**. Cadernos I. São Paulo: Max Limonad, 1999.

LOTUFO, Renan. **Código Civil comentado**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (coord.). **Teoria geral do direito civil**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: RT, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor – o novo regime das relações contratuais**. 4. ed. São Paulo: RT, 2004.

MARQUES, Cláudia Lima (coord.) **A nova crise do contrato**. Estudos sobre a nova teoria contratual. São Paulo: RT, 2007.

MARTINS-COSTA, Judith. Os avatares do abuso de direito e o rumo indicado pela boa-fé. In: (org.) TEPEDINO, Gustavo. **Direito civil contemporâneo – novos paradigmas à luz da legalidade constitucional**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé objetiva e o adimplemento das obrigações. **Revista Brasileira de Direito Comparado**, n. 25, Rio de Janeiro, 2004.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. 2. ed. São Paulo: RT, 2018.

MARTINS-COSTA, Judith. **Da boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

MARTINS-COSTA, Judith. **A reconstrução do direito privado**: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado. São Paulo: RT, 2002.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé como modelo** (uma aplicação da teoria dos modelos, de Miguel Reale). Disponível em: www.seer.ufrgs.br/ppgdir/article/download/49203/30834. Acesso em: 31 mar. 2016.

MARTINS-COSTA, Judith. O direito privado como um sistema em construção. In: **Revista de Informação Legislativa** n. 35, Brasília, 1998.

MARTINS-COSTA, Judith. O direito privado como um ‘sistema em construção’ – as cláusulas gerais no Código Civil brasileiro. **Revista dos Tribunais** n. 753, São Paulo, 1998.

MARTINS-COSTA, Judith. O método da concreção e a interpretação dos contratos: primeiras notas de uma leitura. In: (coord.) NANNI, Giovanni Ettore. **Temas relevantes do direito civil contemporâneo – reflexões sobre cinco anos do Código Civil em homenagem ao professor Renan Lotufo**. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZEAUD, Denis; JAMIN, Christophe. **La nouvelle crise du contrat**. Paris: Dalloz, 2003.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. São Paulo: RT, 2012.

MEDAUAR, Odete. **O direito administrativo em evolução**. 3. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais: eficácia das garantias constitucionais nas relações privadas – análise da jurisprudência da corte constitucional alemã. *In*: **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade**. São Paulo: Celso Bastos/Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

MENEZES, Anderson de. **Teoria geral do Estado**. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

MENEZES, Anderson de; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha. **Da boa-fé no direito civil**. Coimbra: Almedina, 1984.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha. **Da boa-fé no direito civil**. Coimbra: Almedina, 1997.

MIGUEL, Carlos Ruiz. **El derecho a la protección de la vida privada em la jurisprudencia del Tribunal Europeo de derechos humanos**. Madrid: Civitas, 1994.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Princípios do direito civil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MORAES, Maria Celina Bodin de. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang. **Constituição, direitos, fundamentais e direito privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

MORAES, Maria Celina Bodin de; BARBOZA, Heloisa Helena; TEPEDINO, Gustavo. **Código Civil Interpretado**. v. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **A caminho de um direito civil constitucional**. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Civil. Disponível em: www.idcivil.com.br. Acesso em: 6 fev. 2012.

MORSELLO, Marco Fábio. **Análise categorial dos contratos existenciais e de lucro**. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/cc27.pdf?d=636808166395003082>. Acesso em: 18 abr. 2019.

MORSELLO, Marco Fábio. **Responsabilidade civil no transporte aéreo**. São Paulo: Atlas, 2006.

MORSELLO, Marco Fábio. Da boa-fé nas fases pré e pós-contratuais no direito brasileiro. **Direito dos contratos**. v. II. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MORSELLO, Marco Fábio. Contratos existenciais e de lucro. Análise sob a ótica dos princípios contratuais contemporâneos. *In*: (coord.) LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues. **Temas relevantes do direito civil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2012.

MUNCH, Ingo Von. Drittwirkung de derechos fundamentales em Alemanha. *In*: (org.) COERCH, Pablo Salvador. **Asociaciones, derechos fundamentales y autonomia privada**. Madrid: Civitas, 1997.

NANNI, Giovanni Ettore. O dever de cooperar nas relações obrigacionais à luz do princípio constitucional da solidariedade. *In*: (coord.) NANNI, Giovanni Ettore. **Temas relevantes do direito civil contemporâneo** – reflexões sobre cinco anos do Código Civil em homenagem ao professor Renan Lotufo. São Paulo: Atlas, 2008.

NANNI, Giovanni Ettore (coord.). **Temas relevantes do direito civil contemporâneo** – reflexões sobre cinco anos do Código Civil em homenagem ao professor Renan Lotufo. São Paulo: Atlas, 2008.

NEGREIROS, Teresa. **Fundamentos para uma interpretação constitucional do princípio da boa-fé**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

NERY, Rosa Maria de Andrade. Apontamentos sobre o princípio da solidariedade no sistema de direito privado. *In*: **Revista de Direito Privado** n. 17, São Paulo, 2016.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Introdução ao pensamento jurídico e à teoria geral do direito privado**. São Paulo: RT, 2008.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. **Código Civil comentado**. 4. ed. São Paulo: RT, 2006.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. **Código Civil comentado e legislação extravagante**. 3. ed. São Paulo: RT, 2005.

NERY JUNIOR, Nelson. Contratos no Código Civil – apontamentos gerais. *In*: (coord.) FRANCIULLI NETO, Domingos; FERREIRA MENDES, Gilmar; MARTINS, Ives

Gandra. **O novo Código Civil** – homenagem ao professor Miguel Reale. São Paulo: LTr., 2006.

NORONHA, Fernando. **O direito dos contratos e seus princípios fundamentais** (autonomia privada, boa-fé, justiça contratual). São Paulo: Saraiva, 1994.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

NORONHA, Fernando. **O direito dos contratos e seus princípios fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1994.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NORONHA, Fernando. **Novo Código Civil** – exposição de motivos e texto sancionado. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Contrato de gestão**. São Paulo: RT, 2008.

OLIVEIRA, Silvia Menicucci de. **Direito ao desenvolvimento**: teorias e estratégias de implementação. 322 p. Tese (Doutorado/Direito Internacional). Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

OSBORNE, Stephen P. The (new) public governance: a suitable case for treatment? *In*: **The new public governance?** Emerging perspectives on the theory and practice of public governance. New York: Routledge, 2010.

PALADIN, Livio; CRISAFULLI, Vezio. **Commentario breve ala Costituzione**. Padova: Cedam, 1990.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Efeitos contratuais perante terceiros**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PEREZ LUNO, Antonio Enrique **Los derechos humanos**. Madrid: Tecnos, 2004.

PERLINGIERI, Pietro. **Il diritto civile nella legalità costituzionale**. Napoli: Scientifiche, 1984.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. 3. ed. Tradução de Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**: introdução ao direito civil constitucional. Tradução de Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **II Colóquio Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, Brasil, 2002.

PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord.). **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. Parte especial. t. XXIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1958.

POPP, Carlyle. **Responsabilidade civil pré-negocial** – o rompimento das tratativas. Curitiba: Juruá, 2001.

PRATA, Ana. **A tutela constitucional da autonomia privada**. Coimbra: Almedina, 1982.

PULITINI, Francesco; ALPA, Guido; RODOTÁ, Stefano; ROMANI, Francesco. **Interpretazione giuridica e analisi economica**. Milano: Giuffrè, 1982.

QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. **Da responsabilidade por vício do produto e do serviço**. São Paulo: RT, 1998.

RAMÓN DE PÁRAMO, Juan; PIETRO SANCHIS, Luis (coord.). **Constitución y derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2004.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RODATA, Stefano. Il tempo delle clausole generali. In: **Quaderni della Scuola Superiore di Studi Universitari e di Perfezionamento**. v.3. Milano: Giuffrè, 1987.

RODATA, Stefano; ROMANI, Francesco; ALPA, Guido; PULITINI, Francesco. **Interpretazione giuridica e analisi econômica**. Milano: Giuffrè, 1982.

RODRIGUEZ, José Rodrigo (org.). **Direito em debate** – o novo direito e desenvolvimento: presente, passado e futuro. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januario C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988.

ROPPO, Vincenzo. **II contratto del duemila**. 3. ed. Torino: Giappichelli, 2011.

ROPPO, Vincenzo. **II contratto**. 2. ed. Milano: Giuffrè, 2011.

SAMPAIO, Laerte Marrone de Castro. **A boa-fé objetiva na relação contratual**. São Paulo: Manole, 2004. Coord. da série: Renan Lotufo e Cláudio de Godoy. Cadernos de Direito Privado. Série da Escola Paulista da Magistratura v.1.

FERNÁNDEZ SESSAREGO, Carlos. **Abuso del derecho**. Buenos Aires: Astrea, 1992.

SANDOVAL, Ovídio Rocha Barros. **Ato jurídico**: noção, pressupostos, elementos volitivos e declaração. 3. ed. São Paulo: RT, 1994.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos**. Brasília: Fórum, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniel; PIOVESAN, Flávia (coord.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SAIDOV, Djakhongir. **The law of damages in international sales: the CISG and other international instruments**. Portland, EUA: Hart Publishing, 2008.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Princípio da reparação integral**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Priscilla Ribeiro dos. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a nova agenda desenvolvimentista no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 65 (2), abr.-jun., 2014.

SCAFF, Fernando Campos. **Direito à saúde no âmbito privado**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCAFF, Fernando Campos. As novas figuras contratuais e a autonomia da vontade. *In*: **Revista da Faculdade de Direito**. Universidade de São Paulo (USP), v. 91, São Paulo, 1996.

SCHIER, Ricardo. **Filtragem constitucional**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1999.

SCHMIDT, Eike; ESSER, Josef. **Schuldrecht**. 5. ed. Munchen: C.F. Muller, Band I, Allgemeiner Teil, 1975.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Identity and violence** – the illusion of destiny. New York: Norton, 2006.

SEN, Amartya. **The idea of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

SHAPIRO, Martin. The globalization of law. *In*: **1 Ind. J. Global Legal Stud.** 37, 1993-1994.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro. *In*: **Ajuri**, Porto Alegre, v. 2, n. 6, 1988.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. A teoria da base do negócio jurídico. **Revista dos Tribunais** v. 655, São Paulo: RT, 1995.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. **A obrigação como processo**. São Paulo: José Bushatschy, 1976.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. O princípio da boa-fé no direito brasileiro e português. *In*: FRADERA, Vera Jacob de (org.). **Direito privado na visão de Clóvis do Couto e Silva**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, Jorge Cesar Ferreira da. **A boa-fé e a violação positiva do contrato**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do direito – os direitos fundamentais nas relações entre particulares**. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2009.

SMULOVITZ, Catalina. Law and courts impact on development and democratization. *In*: CANE, Peter *et al.* **The Oxford Handbook of Empirical legal research**. Oxford University Press, 2013.

SOMBRA, Thiago. **A eficácia dos direitos fundamentais nas relações jurídico-privadas**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2004.

SOTO, Carlos Alberto; ALTERINI, Atilio Aníbal; DE LOS MOZOS, José Luis. **Contratación contemporânea**. Teoria general y principios. Bogotá: Temis, 2000; Lima: Palestra, 2000.

SOTO, Carlos Alberto; ALTERINI, Atilio Aníbal; DE LOS MOZOS, José Luis. **Contratación contemporânea** v. 2. Contratos modernos. Derecho del consumidor. Bogotá: Temis, 2001; Lima: Palestra, 2001.

STEINMETZ, Wilson. **A vinculação dos particulares e direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil – com comentários ao novo Código Civil**. 7. ed. São Paulo: RT, 2007.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Direito administrativo para céticos**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

TEPEDINO, Gustavo. Contornos da propriedade privada. *In: Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TEPEDINO, Gustavo (org.). **Problemas de direito civil constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

TAMANAHA, Brian Z. **The primacy of society and the failures of law and development**. 44 Cornell Int’L. L.J., 2011.

TARTUCE, Flávio. **A MP 881/19 (liberdade econômica) e as alterações do Código Civil**. Primeira parte. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI301612,41046-A+MP+88119+liberdade+economica+e+as+alteracoes+do+codigo+civil>. Acesso em: 11 maio 2019.

THUSING, Gregor; GRAF von WESTPHALEN, Friedrich. **Vertragsrecht und AGB – Klauselweke**. Munchen: C.H. Beck Verlag, 2014.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. **Advanced introduction to law and development**. New York: Edward Elgar Publishing, 2014.

TREBILCOCK, Michael J; PRADO, Mariana Mota. **What makes poor countries poor?** Institutional determinants of development. New York: Edward Elgar Publishing, 2012.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente: paralelo de proteção internacional**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1993.

TRUBEK, David. M. A coruja e o gatinho: há futuro para o “direito e desenvolvimento”? *In: RODRIGUEZ, José Rodrigo (org.). Direito em debate – o novo direito e desenvolvimento: presente, passado e futuro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRUBEK, David. M. Para uma teoria social do direito. Um ensaio sobre o estudo de direito e desenvolvimento. *In: RODRIGUEZ, José Rodrigo (org.). Direito em debate – o novo direito e desenvolvimento: presente, passado e futuro*. São Paulo: Saraiva, 2008.

TRUBEK, David. M. The *rule of law* in development assistance: past, present and future. *In: DAVID, Trubek et al. (ed.). The new law and economic development: a critical appraisal*. London: Cambridge University Press, 2006.

UDA, Giovanni Maria. **La buona fede nell esecuzione del contratto**. Studi di Diritto Privato. Collana diretta da FD. Torino: Giappichelli, 2004.

UBILLOS, Juan Maria Bilbao. **La eficacia de los derechos fundamentales frente a particulares: análisis de la jurisprudência del Tribunal Constitucional**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1997.

VALE, André Rufino do. **Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2004.

VARELA, João Matos Antunes. **Das obrigações em geral**. Coimbra: Almedina, 1996.

VERDAGUER, Salvador Alemany. **Curso de derechos humanos**. Barcelona: Bosh, 1984.

WEBER, Max. **O direito na economia e na sociedade**. São Paulo: Ícone, 2011.

WALKER, Wolf-Dietrich; BROX, Hans. **Allgemeines Schuldrecht**. 30. ed. Munchen: C.H. Beck Verlag, 2004.

WESTERMANN, Hans Peter. **Código Civil alemão**. Direito das obrigações – parte geral. Tradução de Armindo Edgar Laux. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1983.

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

WIEACKER, Franz. **El principio general de la buena fe**. Madrid: Civitas, 1986.

WORLD BANK. **Governance and Law**. Part 1, 2017.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Direito contratual contemporâneo: a liberdade contratual e sua fragmentação**. São Paulo: Método, 2008.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Responsabilidade pela ruptura das negociações**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

ZIMMERMANN, Reinhard. Codification – the civilian experience reconsidered on the eve of a common european sales law. *In: European Review of Contract Law (ERCL)*, v. 8, n. 4, 2012; Max Planck Private Law Research Paper n.12/30. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2166765>. Acesso em: 13 maio 2019.

ZIMMERMANN, Reinhard. **The law of obligations**. Oxford: University Press, 1996.

ZITSCHER, Harriet Christiane. **Introdução ao direito civil alemão e inglês**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

DECISÕES JUDICIAIS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RESP 131151-RJ, 4ª Turma, DJ de 08.10.97, Rel. Ruy Rosado de Aguiar Júnior.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, ADPF 101-DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de 24.06.2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Medida Cautelar em ADPF n. 347-DF, Rel. Min. Marco Aurélio de Mello, DJ de 09.09. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal REEx n. 592.581-RS, Plenário, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 13.08.15, DJU de 01.02.16.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Medida Cautelar na ADIN n. 3.540, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 3.2.2006.

DOCUMENTOS

CARTA ao povo brasileiro. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2019.

TRATADO de Amsterdã. Disponível em: https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf. Acesso em: 26 maio 2019.

LIVRO Branco sobre o futuro da Europa. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/livro_branco_sobre_o_futuro_da_europa_pt.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

REPORT by the comission on the measure of economic performance and social progress. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/118025/118123/Fitoussi+Commission+report>. Acesso em: 07 jun. 2019.

Referências normativas (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT)

ABNT NBR 6023: 2018 – Informação e documentação – Referências – elaboração

ABNT NBR 6022:2018 – Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação

ABNT NBR 6027: 2012 – Informação e documentação – Informação e documentação – Sumário – Apresentação

ABNT NBR 14724: 2011 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação

ABNT NBR 15287: 2011 – Informação e documentação – Projetos de pesquisa – Apresentação

ABNT NBR 6034: 2005 – Informação e documentação – Índice – Apresentação

ABNT NBR 12225: 2004 – Informação e documentação – Lombada – Apresentação

ABNT NBR 6024: 2003 – Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação

ABNT NBR 6028: 2003 – Informação e documentação – Resumo – Apresentação

ABNT NBR 10520: 2002 – Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação

ABNT NBR 6023: 2002 – Informação e documentação – Referências – Elaboração